

convibra saúde

DESAFIOS E LIMITES AO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA (PSE) NO CARIRI CEARENSE

Mirna Neyara Alexandre de Sá Barreto Marinho - Enfermeira, mestre em ensino na saúde. Fiscal do Conselho Regional de Enfermagem do Ceará e servidora do Hemocentro Regional de Crato. Membro dos Grupos de Pesquisa - Clínica, Cuidado e Gestão em Saúde (GPCLIN) e Saúde Coletiva (GRUPESC) da Universidade Regional do Cariri (URCA). mirna.neyara@bol.com.br

Maria de Fátima Antero Sousa Machado – Enfermeira, doutora em enfermagem. Docente do curso de enfermagem, coordenadora do Mestrado Profissional em Saúde da Família (RENASF), vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e líder do GRUPESC – URCA. fatimaantero@uol.com.br.

Francisco Myellyson Alexandre de Sá Barreto – Educador físico, professor da rede estadual de educação em Barbalha. mimibarroto@bol.com.br.

INTRODUÇÃO:

A saúde do adolescente vem sendo objeto de estudo em diversas áreas do conhecimento, pela complexidade que este campo aponta bem como pela importância que estes sujeitos representam para a sociedade, por serem os adultos de amanhã necessitando, portanto, de acompanhamento, orientação e estímulo às suas diversas potencialidades (CROMACK; BURSZTYN; TURA, 2009).

Muitas políticas têm sido implantadas no Brasil no que diz respeito a este público, a exemplo do Programa Saúde do Adolescente (PROSAD), de caráter multidisciplinar e multidimensional. No entanto, a fragmentação e desarticulação das ações fez com que o programa não lograsse os seus objetivos com êxito (SANTOS et al., 2012).

Algumas estratégias foram pensadas e consolidadas de forma pontual em estados e municípios brasileiros, articulando a educação nesta perspectiva. Nesse sentido, os ministérios da saúde e educação se uniram para planejar uma política ampla, interdisciplinar e intersetorial, alcançando crianças, adolescentes e jovens no espaço onde passam a maior parte de seu tempo, vivenciam experiências, compartilham saberes e obtêm o aprendizado diário – a escola. Trata-se do Programa Saúde na Escola (PSE),

que se caracteriza como uma política que busca uma articulação entre escolas públicas e unidades de saúde da família, por meio de ações dirigidas aos estudantes, buscando aprofundar os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (BRASIL, 2007).

Apesar de todo o planejamento do programa sustentado em objetivos, componentes e ações bem definidos, o PSE se apresenta como um desafio no cenário brasileiro para profissionais e gestores, pela complexidade da proposta e, sobretudo pelas amplas demandas desempenhadas nos setores da saúde e educação.

OBJETIVO:

Identificar as dificuldades vivenciadas pelos profissionais executantes das ações do PSE na região metropolitana do Cariri.

METODOLOGIA:

Pesquisa descritiva e exploratória, de abordagem qualitativa, realizada no período de setembro a novembro de 2013 através de uma entrevista semiestruturada com 45 profissionais de saúde e educação integrantes de seis escolas e seis unidades de saúde dos municípios de Barbalha, Crato e Juazeiro do Norte – Ceará.

Foram considerados alguns critérios de inclusão, tais como atuação no local de trabalho por pelo menos seis meses e ter participado das ações da Semana Saúde na Escola (SSE) em 2013.

Os dados foram organizados através da análise temática proposta por Minayo (MINAYO, 2010), e sua interpretação subsidiada pela literatura relacionada.

A pesquisa obteve aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Estadual do Ceará através do protocolo 357.437, seguindo, portanto, as recomendações necessárias envolvendo pesquisas com seres humanos, de acordo com a Resolução 466/2012 (BRASIL, 2012).

RESULTADOS:

Emergiram dos discursos duas categorias:

Abordagem junto a adolescentes e jovens – Limitações dos profissionais: Os profissionais ressaltaram que o trabalho no PSE apresenta particularidades, exigindo-lhes uma formação adequada. Esta situação foi apontada em especial pelos profissionais

da saúde, por serem os que mais participam das atividades. Os profissionais da educação, em contrapartida, ressaltam que os profissionais da saúde não conseguem a participação dos estudantes por trazerem temas que estão dissociados dos conteúdos programáticos da escola.

Tempo, espaço, materiais e apoio – Desafios aos atores do programa. Os profissionais apontaram inúmeras dificuldades na realização das ações, tais como ações pontuais com atividades já determinadas, espaço físico inadequado das escolas, escassez de materiais para desempenhar as ações e ainda falta de apoio por parte da gestão municipal no que se refere à formação e ausência de planejamento.

CONCLUSÕES:

Percebe-se que os profissionais foram imersos no campo de práticas sem uma formação ideal, considerando que o trabalho requer estratégias de ensino-aprendizagem inovadoras e que os cenários realizam as ações pactuadas sem uma infraestrutura adequada, o que compromete os objetivos do programa.

Urge, portanto, a necessidade de redirecionamento e reorganização de práticas nos setores e ainda na gestão, de forma que cada ator envolvido compreenda suas funções e responsabilidades, busque o diálogo setorial e intersetorial e planeje as ações não apenas considerando as metas, mas principalmente as necessidades dos estudantes.

Palavras-chave: Saúde do adolescente; Programa Saúde na Escola; profissionais.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Ministério da Saúde. **Resolução 466**, de 12 de Dezembro de 2012. Brasil, 2012. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>.

_____. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Decreto nº 6.286**, de 5 de Dezembro de 2007. Institui o Programa Saúde e Prevenção na escola – PSE, e dá outras providências. Brasil, 2007. Disponível em: <<http://planalto.gov.br>>.

CROMACK, L. M. F.; BURSZTYN, I.; TURA, L. F. R. O olhar do adolescente sobre saúde: um estudo de representações sociais. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, vol.14, n.2, p. 627-634, mar./abr. 2009.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: Pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

SANTOS, A. A. G. et al. Sentidos atribuídos por profissionais à promoção de saúde do adolescente. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v.17, n.3, p. 1275-1284, maio 2012.